

***UM CRIME MONSTRUOZO:
O DUPLO HOMICÍDIO DO CAFÉ S. JOSÉ, EM SÃO LUÍS, PELO
OLHAR DO JORNAL PACOTILHA (1913)***

***A MONSTER CRIME:
THE DOUBLE HOMICIDE AT CAFÉ S. JOSÉ, IN SÃO LUÍS, THROUGH THE
PACOTILHA NEWSPAPER (1913)***

*Paulo Henrique Matos de Jesus**

RESUMO

Desde a década de 1980, pesquisadores brasileiros – do campo historiográfico ou não – têm se debruçado com afinco sobre fontes criminais, judiciais e policiais, esquadrihando, a princípio, aspectos da realidade política e sociocultural implícitos nesse conteúdo e, em seguida, investigando as circunstâncias, organismos e os indivíduos que as produziram. Tomando o crime como algo socialmente construído e as fontes como objeto para a investigação histórica, este artigo busca realizar uma síntese analítico-descritiva, a partir do olhar do jornal Pacotilha e do inquérito policial do “Crime Monstruozo”, ocorrido em São Luís do Maranhão, em 10 de novembro de 1913.

PALAVRAS-CHAVE: *Crime. História Social do Crime. Jornal Pacotilha. São Luís (MA). 1913.*

ABSTRACT

Since the 1980s, Brazilian researches – historiographers and otherwise – have dedicated themselves to the analysis of criminal sources, court sentences and police investigations, seeking, initially, the political and sociocultural aspects implied by this content, then further investigating the circumstances, organisms and individuals that produced them. Understanding crime as a social construct and the sources as historical objects to examine, this article aims to produce an analytical and descriptive synthesis, considering Pacotilha newspaper's perspective and the police inquiry of the "monstrous crime" (Crime Monstruozo), committed in São Luís do Maranhão on November 10, 1913.

KEYWORDS: *Crime. Social History of Crime. Pacotilha Newspaper. São Luís (MA). 1913.*

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). Email: pauloesquizo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nenhum historiador narrativo, no sentido em que aqui os defini, deixa a análise totalmente de lado, mas ela não constitui o arcabouço de sustentação em torno do qual constroem sua obra. E, por fim, eles estão profundamente preocupados com os aspectos retóricos de sua apresentação. Quer suas tentativas dêem certo ou não, eles certamente pretendem alcançar concisão, espírito e elegância estilística. Não se contentam em lançar palavras numa página e ali deixá-las, pensando que, na medida em que a história é uma ciência, dispensa o auxílio de qualquer arte.

(STONE)

Desde a década de 1980, pesquisadores brasileiros, do campo historiográfico ou não, passaram a se debruçar com afinco sobre fontes criminais, judiciais e policiais, esquadrihando, a princípio, aspectos da realidade política e sociocultural implícitos nesse conteúdo e, em seguida, investigando as circunstâncias, organismos e os indivíduos que as produziram. Ademais, buscou-se também, ao longo desse período, compreender qual o papel desempenhado pelo crime na rotina de locais específicos e no todo da sociedade. Tal abordagem, denominada como História Social do Crime, se consolidou como um campo de pesquisa fértil e tem motivado a produção de inúmeras dissertações e teses, passando a ocupar espaços de discussão em diversos âmbitos acadêmicos, promovendo a troca de experiências, a construção de redes conectadas de pesquisadores e a difusão das pesquisas. Isso permite-nos apontar para o crescente aumento do interesse dos historiadores pelo assunto.

Acrescenta-se, ainda, e oportunamente, que, embora a fonte principal para produção do presente artigo seja o jornal Pacotilha, outras fontes também serão utilizadas para robustecer o espectro informativo em relação a este crime e preencher possíveis lacunas deixadas pelo jornal, destacando-se o compilado de documentos que constam do inquérito policial publicado pela Imprensa Oficial do estado do Maranhão, intitulado “O Monstruoso Crime de 10 de novembro” (1913).

1 HISTÓRIA, IMPRENSA E *FAITS DIVERS*

Pondera-se que somente nos últimos cinquenta anos a imprensa passou a manter relação mais próxima com a historiografia. Em certa medida, tal relação ocorreu em virtude da renovação da História Política, na década de 1970, que buscou, ao mesmo tempo, novas fontes de pesquisa para o historiador e novas possibilidades interpretativas do saber histórico. Essa nova maneira de ver fez com que o

historiador passasse a refletir sobre suas fontes a partir de novas perspectivas. Isto é, as fontes deixaram de ser portadoras de sentido em si, tornando-se suscetíveis à apreciação do historiador. (OLIVEIRA, 2011). É necessário deixar claro que os textos jornalísticos, em suas mais variadas manifestações, se constituem em fontes riquíssimas de observação da realidade que nos cerca e que o são, assim como os demais documentos, por escolha e definição arbitrária do historiador-pesquisador. (CRUZ; PEIXOTO, 2008).

Mesmo compreendendo que a imprensa se constitui em fonte inestimável para o trabalho historiográfico, deve-se levar em consideração duas temporalidades distintas: a primeira é momento em que o episódio foi narrado pela imprensa; a outra se refere ao momento em que o historiador analisa o episódio ocorrido. Outro aspecto fundamental é que as narrativas jornalísticas não são documentos autênticos e óbvios, nem portadores da verdade em si. É necessário interagir com essas narrativas, entrecortar com outros dados e notícias, procurando compreender tanto os momentos de reticência quanto os de retirada, visto que as narrativas produzidas pela imprensa são comprometidas por determinadas orientações econômicas e ideológicas, cabendo ao historiador realizar a análise crítica e dialógica dessas narrativas, levando em consideração suas limitações e parcialidades.

A cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, mudava, se transformava, se alargava, se tornava mais agitada no limiar de século XX. Mas as mudanças que ocorriam nem de longe representavam os anseios das elites econômicas locais e dos letrados, para quem os valores da civilização europeia serviam como padrão para a modernização da capital maranhense. O crescimento irregular e caótico da cidade contrariava o padrão europeu e propiciava condições para a ampliação da criminalidade. Assim, tomando a imprensa como fonte a ser analisada, é possível obter uma visão, ainda que parcial e fragmentada, do incômodo que isso causava. O jornal *A Imprensa* destacava, em 1907:

Chegam-me as oíças os sons da noite, e à proporção que Ella se adianta, negerrima e sombria, mais distintos se os ouve tiros de revolver, berros de embriaguez, atropelias de transeuntes, provocações de insolentes e desatinados... Pelas esquinas vejo brazas acêzas, como a que eu mantenho num stender delicioso, e nas janellas das casas visinhas tambem as descubro... Essas brazas, não há negar, protestam silenciosas, contra o horror da noite, contra essa prisão forçada, a que são obrigados os trabalhadores, que esperam, à noite, divertir o espírito abatido, pagar visitas, refastellar pelas praças, em descontos das horas passadas no terrível ganha-pão... Conversam as das janellas, e conversam as dos cantos. Que dirão estas? Que há naturezas humanas, incorrigíveis, intransigentes em seus hábitos e em seus desejos. Que nada pode contra ellas a falta de carvão no gazometro, e de policiamento na cidade (*apud* DIAS 2011, p. 77-78).

Com o alargamento da *urbe* ludovicense, o crime e a criminalidade estão entre os temas mais noticiados das páginas dos periódicos que circulavam na capital maranhense no início do século XX. O interesse se justificava pelo fato de os jornais, em meados do XIX, terem assumido a clara intenção de

tornar a notícia um produto, cujo consumo se daria por meio de suas páginas. Atiçava-se a curiosidade dos leitores construindo narrativas sobre o crime que, de certo modo, assemelhavam-se a folhetins. Para Lila Caimari, os jornais exploram notícias de crimes devido à atração dos leitores pelas

[...] peripécias de una historia humana, fascinación por las destrezas de la detección, por lo monstruoso [...]. Pero cada crimen es distinto en su potencial, y cada sociedad tiene, en cada momento, su propia agenda de temas latentes. Más allá del horror y la indignación, más allá de la compasión por la víctima y la curiosidad morbosa por el ejecutor del crimen. (CAIMARI, 2021, p. 111).

Como parte desse corpo narrativo, destacam-se os *faits divers*, expressão cuja tradução literal do francês é “fatos diversos”, que são notícias inusitadas, que despertam grande interesse público, mas que rapidamente são esquecidas e não implicam aparente relevância em sua historicidade, sendo, por vezes, consideradas um não objeto para os historiadores. Na passagem do século XIX para o XX, em meio à transformação da imprensa em negócio e das notícias em produtos, ampliar o interesse público pelos *faits divers* demonstrou ser bastante lucrativo e as narrativas tomaram ares de folhetins publicados em capítulos. Comparado ao crime político, cujas explicações são encontradas em situações exteriores ao próprio crime, ou seja, na compreensão de um quadro geral político maior e, por isso mesmo, fragmentado, os *faits divers* se encontram explicados por si em sua dimensão total (BARTHES, 2013).

Não há necessidade de dominar as nuances mais profundas do mundo para absorver um *fait divers*. Não há nada dele que lhe seja exterior. Tudo se inicia, desenvolve e encerra nele mesmo. Não há nada nele que seja desconhecido da realidade ao seu redor e de todos os seres humanos. No *fait divers* tudo está posto e nada está incógnito ou velado. Nesse sentido, assemelha-se a um conto ou novela (BARTHES, 2013).

2 UM POUCO DA TRAJETÓRIA DO JORNAL PACOTILHA NO LIMIAR DA MODERNIDADE

Ainda que o objeto preciso deste artigo não seja a imprensa, ou mesmo o jornal *Pacotilha*, mas o duplo homicídio ocorrido nas dependências do Café S. José, é relevante apresentar algumas reflexões importantes sobre este periódico, seu posicionamento e atuação jornalística e política no estado do Maranhão, pois ele se constitui em principal fonte para a produção do presente artigo.

O jornal *Pacotilha* foi publicado pela primeira vez em 1880 e, em sua configuração, contava quatro páginas. Seu formato editorial não atendia a nenhum critério específico. As notícias eram aleatoriamente distribuídas e, por vezes, dividiam espaço com anúncios. Mas já se estabelecia clara separação entre informação e opinião. O jornal enfrentou momentos de instabilidade, deixando de circular em vários períodos. Todavia, entre funcionamentos e paralizações, o *Pacotilha* circulou durante

58 anos e sua trajetória foi profundamente marcada por uma história de resistência ao tempo e aos inconvenientes quase constantes da economia maranhense.

O *Pacotilha* foi fundado em 1880 por Victor Lobato e dirigido, durante muitos anos, por Agostinho Reis. Sua fundação se deu quando a economia agrário-exportadora maranhense declinava e alguns “empresários” locais partiram para se aventurar na montagem de um incipiente parque fabril. Como não poderia deixar de ser, sua fundação teve cunho político. O jornal posicionou-se como “voz crítica, não só da política e dos políticos maranhenses, mas também dos costumes locais e da posição da igreja frente aos desenvolvimentos científicos e sociais da época” (MENDONÇA *apud* MATOS, 2021, p. 399). Tal posicionamento, em defesa da ciência e dos ares civilizacionais respirados em outras paragens, fez do *Pacotilha* uma espécie de “caixa de ressonância”, para a sociedade maranhense e sobretudo ludovicense, daquilo que de mais moderno e inovador existia no mundo – leia-se, Europa – e que desembarcava ou fazia-se necessário desembarcar em terras timbiras. na passagem do século XIX para o século XX.

O processo de fabrilização desencadeou, na capital maranhense, o anseio por mais modernidade e a imprensa não poderia ficar de fora, passando a assumir, pelo menos ao seu próprio ver, características mais profissionais. Os periódicos tornaram-se empresas e as notícias, produtos. O profissionalismo jornalístico ensejava a separação entre informação e opinião (MATOS, 2021). No seu número de estreia, *Pacotilha* se descreve assim:

A Pacotilha é para o jornalismo o que são para o comércio os mascates – negociantes ambulantes que levam no espaço de uma caixa portátil tudo quanto o freguês possa exigir, desde a chita até o botão para a camisa, desde o chapéu até o carrinho de linha. A Pacotilha, pois, não tem programa, nem opinião, nem artigo de fundo – é a imprensa a retalho, miúda, sortida e variada. Não vai esgueirar-se de madrugada pela fresta da porta dos assinantes, a espera que a venha levantar o leitor ávido de ler em jejum as discussões políticas, as denúncias – para Sua Excelência o Senhor Presidente da Província ver e providenciar -, os noticiários de operações cirúrgicas e listas de passageiros, o obituária e o movimento do porto; há de sair à Rua debaixo do braço de um distribuidor esperto, à hora em que estiverem as casas abertas e as Ruas cheias, à disposição de quem tiver tido uns cobres vadios para assiná-los – se é que o dinheiro é vadio, contendo um pouco de cada coisa para distrair o espírito, sem pretensões a ensinar, sem palmatória de censura, sem especialidade, distribuindo aos pedacinhos, em forma de pílulas, notícias, anedotas, receitas, contos, romances, versos, tudo!

[...] A Pacotilha não tem redação, motivo de sobra para abrir-se à colaboração de todos.

[...]

E dito isto, aí vai a Pacotilha, pequena, humilde, bem criada, cumprimentando a direita e a esquerda, tanto aos ilustres membros do jornalismo, sem distinção de cor política e de opinião, como todos aqueles que tiverem a bondade de assiná-la e de lê-la, e até mesmo sem assinatura (*apud* MATOS, 2021, p. 401).

O *Pacotilha* se apresenta, então, com um perfil que busca se diferenciar das ofensas pessoais e dos intermináveis debates políticos que, até aquele momento, eram característicos do jornalismo praticado no Maranhão. Em suas páginas poderia ser encontrado de tudo:

assuntos gerais, fazia publicações de notícias de outros jornais, dando-lhes o devido registro e também publicava romances na seção Folhetim, espaço ainda ocupado por [...] poesias, versos, arte, crítica literária, arte, teatro comentários de livros e outras notícias'. (JORGE *apud* MATOS, 2021, p. 401).

A polícia e os delitos também ocupavam espaço nas páginas e alimentavam o *Pacotilha*. Nos anos iniciais, eram pequenas notas ou, no máximo, um informe geral, cobrando das autoridades providências sobre algum assassinato. Como se segue:

Antes de Hontem deu-se nessa cidade um. Foi o caso que, tendo-se deixado arrastar pela paixão de uma *cascavel*, o senhor J. G. assassinou despiadadamente alguns pares de Alexandrinos mutilando-os com um terrível *cacete*.
Pede-se a intervenção da policia porque o auctor já é recalitrante.
A menina do 5º andar. (ASSASSINATO..., 1881, p. 2).

Através de suas páginas o *Pacotilha* buscou expressar satisfação pela chegada ao Maranhão do que poderia ser considerado como símbolos da modernidade e da civilização europeia, sob os mais diversos aspectos: política, economia, tecnologia, filosofia, cinema, literatura, agitação da vida noturna. Entretanto, ao mesmo tempo, o periódico, lamentava o fato de esses símbolos civilizacionais trazerem consigo determinados problemas que se chocavam com o bucolismo típico de uma pequena capital, como o aumento das práticas delituosas, destacando-se os roubos seguidos de morte.

Com isso, o *Pacotilha* passa a dedicar mais espaço em suas páginas para crimes violentos, realizando coberturas que iam desde a informação sobre os crimes, o acompanhamento das investigações, críticas ou elogios ao trabalho policial até opiniões sobre o comportamento das autoridades políticas em relação aos casos, outorgando para si tanto o papel de divulgador da notícia em seus detalhes, quanto o de construtor e porta-voz das opiniões dos seus leitores e de toda a sociedade ludovicense. Assim se deu com o “Crime do Café S. José”, ocorrido em 10 de novembro de 1913, notabilizado pelas linhas do *Pacotilha* como *Um Crime Monstruozo*. Este artigo propõe descrever a cobertura deste crime pelo jornal em sua forma crua, tal como foi feita, mas também propor reflexões sobre a maneira como esse crime e suas narrativas repercutiram no *Pacotilha* e foram absorvidas pelos leitores e pela sociedade ludovicense.

3. UM CRIME MONSTRUOZO

Eram dez e meia da noite de 10 do mez proximo passado, quando esta pacata cidade foi despertada com a noticia tragica de que se acabava de perpetrar o crime mais sensacional de que ha noticias no Maranhão [...]. Meio ainda pequeno e pouco desenvolvido, caracterizado pela indole pacifica e ordeira do povo, habituado ás

sisudas e austeras normas de respeito mutuo que bem a distingue e não contaminado pelos vícios e miserias imperantes nas grandes e opulentas capiteas, a cidade de S. Luiz, no estado actual do seu progresso e de sua civilização, é insufficiente para comportar um crime revestido de todos os requintes de perversidade. (MARANHÃO, 1913, p. 52).

E assim se sucedeu em 10 de novembro de 1913. Antonio Bazano, Henrique Gomez e Antonio Lugo, com a cumplicidade de Manuel Sanchez, assassinaram com 8 punhaladas José Diniz e Silva (23 anos) e com 14 punhaladas Jorge Ribeiro, de apenas 12 anos. O crime ocorreu nas dependências do Café S. José, situado à Rua Grande, número 121, esquina da Rua do Passeio, em São Luís. As vítimas eram funcionários do estabelecimento. Poucas horas depois, curiosos se aglomeravam à porta do Café, os murmurinhos já tomavam conta dos populares e as versões se multiplicavam. Seria acerto de contas, briga entre bêbados? No dia seguinte, o duplo assassinato bárbaro, estampado em vários jornais, chocava e fascinava pela brutalidade.

No dia seguinte ao crime o jornal *Pacotilha* já assinalava, na primeira página, que se tratava de um crime cuja grande motivação era o roubo (UM CRIME..., 1913a). Chamava atenção a origem estrangeira e a frieza dos assassinos em uma cidade que evocava ares civilizacionais. A repercussão foi tanta que o próprio governador, Luís Domingues, acompanhou a autópsia dos cadáveres. Por certo tempo, a imprensa deleitou-se com este crime, que ocupava tanto as colunas policiais quanto as de opinião. Os fatos que serão narrados e analisados foram extraídos das páginas do jornal *Pacotilha* ao longo das investigações sobre o crime e de algumas notícias divulgadas sobre seus autores entre os anos de 1913 e 1921.

3.1 A descoberta dos cadáveres

Todos os dias, invariavelmente, o comerciante Thomaz d'Aquino e Silva, sempre cuidadoso e preocupado com a segurança do seu estabelecimento, fechava o Café S. José entre 21h30min e 22h. O S. José era um dos poucos estabelecimentos que vendiam bebidas alcoólicas no trecho entre a Rua do Passeio, a Rua Grande e a Praça João Lisboa, próximo aos Cinemas S. Luiz e Ideal – cujas seções encerravam por volta das 23h – que ainda fechavam as portas tão cedo. A outrora tranquila e afável noite de São Luís, naqueles idos de 1913, já não era tão afável. A cidade havia mudado. Pensando nessas mudanças e no crime violento ocorrido no ano anterior, Alcides Pereira, chefe da Polícia do estado do Maranhão, em 1914, escreveu relatório cobrando do governo estadual providências no sentido de modernizar as práticas de policiamento locais:

Não há que negar. O Maranhão de hoje não é, ninguém dirá, o mesmo de cinco anos passados. As suas condições são outras; progrediu, animou-se. Na capital, então, o fenômeno é de todo palpável, evidente. Não havia entre nós vida noturna: às nove horas da noite as ruas estavam desertas, as casas estavam fechadas e um ou outro transeunte passava apressado pelas nossas avenidas. Hoje, atualmente, assim não se

dá. Quatro cinematógrafos aqui funcionam todas as noites [...]; de 3 a 4 botequins e bilhares [...], multiplicaram-se os hotéis e as casas de pensão. Assim, não se compreende como ainda se possa manter a antiga organização policial, já bem deficiente e falha (*apud* BARROS FILHO, 2013, p. 126).

Naquela noite, Thomaz d'Aquino e Silva teve de ir embora mais cedo – pouco depois das 18h – porque sua cunhada, que morava em sua casa, havia sido acometida de grave doença e sua esposa necessitava de seu auxílio para cuidar da jovem enferma. Antes de sair, Thomaz d'Aquino e Silva determinou que os empregados do estabelecimento, José Diniz e Silva, seu irmão, e o menino Jorge Ribeiro fechassem o estabelecimento antes das 21h. Como ambos moravam de favor na residência de Thomaz d'Aquino e Silva, localizada à Rua da Madre Deus, número 38, o corriqueiro era fecharem a quitanda e irem direto para casa. Porém, já passava de 22h e os dois ainda não haviam chegado. Thomaz d'Aquino e Silva, já bastante contrariado, convidou seu vizinho, Raymundo Nonato Dutra, para irem juntos verificar se algo havia acontecido. Chegando ao estabelecimento encontraram a casa toda fechada e no escuro, tendo apenas uma banda de porta encostada. Ambos encostaram na porta e chamaram pelos funcionários. Não obtendo resposta, Raymundo Dutra acendeu um fósforo e abrindo essa banda de porta verificou que o paletó e o chapéu de palha de José Diniz estavam no mesmo lugar onde ele costumava deixar, confirmando que o mesmo ainda se encontrava na casa. Raymundo Dutra avançou pela casa riscando fósforos para iluminar o caminho e chamando por José Diniz e Jorge Ribeiro, sem obter respostas (UM CRIME..., 1913a).

Subitamente, entre o acender de um fósforo e outro, Raymundo Dutra encontrou o corpo de José Diniz caído ao chão. Seu primeiro pensamento foi de que o jovem havia sido vítima de algum mal súbito e pediu que Thomaz d'Aquino e Silva, que estava um pouco atrás, se aproximasse. Vendo seu irmão estirado no chão, Thomaz d'Aquino e Silva chamou Raymundo Dutra para ajudá-lo a prestar socorro. Foi quando verificaram que José Diniz estava morto e banhado em sangue. Thomaz d'Aquino e Silva, muito perturbado com o fato de ter encontrado seu irmão morto esvaído em sangue, ainda teve tempo de verificar que aos pés do balcão do bar estava o cadáver, também muito ensanguentado, do garoto Jorge Ribeiro. Minimamente recuperado da bárbara cena com a qual havia se deparado, Thomaz d'Aquino e Silva saiu da quitanda em busca de socorro policial, deixando Raymundo Dutra esperando por ele (UM CRIME..., 1913a).

4.2 A cena do crime

Os primeiros exames feitos pela polícia no interior do Café S. José constataram que havia ocorrido ali um duplo assassinato. Na manhã seguinte, chegaram ao local o Chefe de Polícia do Maranhão, Alcides Pereira, acompanhado do 2º Delegado Auxiliar, Capitão Eudoro Jansen, e os médicos

legistas nomeados Hermojenes Pinheiro e Raimundo Matos, que faziam os primeiros exames cadavéricos.

Notou-se, no exame da cena do crime, que sobre uma das mesas do bar havia um cálice com restos de aguardente e no chão outros dois quebrados, levando a crer que haviam sido servidos aos últimos clientes da noite anterior, possivelmente os autores do crime. A motivação seria o roubo do estabelecimento, dado o fato de Thomaz d'Aquino e Silva ter sentido falta de um revólver seu, guardado na prateleira do bar, um queijo e a quantia de 200\$000 (duzentos mil-réis) (UM CRIME..., 1913a).

Àquela época não existia no Maranhão instituto de identificação ou médico-legal. A presença dos médicos legistas nomeados Hermojenes Pinheiro e Raimundo Matos evidencia a importância cada vez maior da medicina como forma de consolidação dos saberes policiais e jurídicos, já em uso desde meados do século XIX, tanto na elucidação de mortes misteriosas, visando verificar a possível existência de ato criminoso, quanto na identificação do *modus operandi* do criminoso, a tipificação penal, a imputabilidade (ou não), bem como o nível de gravidade das lesões causadas. Tudo isso passou a ser utilizado de modo a garantir robustez aos inquéritos policiais e processos e determinar penas brandas, severas ou, até mesmo, a inocência do réu (ANTUNES, 1999).

Inclusive, o Chefe de Polícia do Maranhão, em seu relatório sobre o crime, confirmou a carência de recursos técnicos modernos por parte da polícia maranhense e ressaltou a importância destes recursos para o bom desenvolvimento do trabalho policial investigativo, dizendo que ninguém mais poderia ficar alheio o papel primordial da médico-legista no auxílio da solução de crimes e que só a prontidão da polícia não seria suficiente para garantir a segurança pública. Para ele, a justiça precisava da astúcia dos peritos para desvendar os crimes: o médico legista é o detetive moderno, dotado de variado conhecimento científico (MARANHÃO, 1913).

Após autópsia nos cadáveres de José Diniz da Silva e Jorge Ribeiro, os legistas constaram que ambos foram golpeados por objeto perfurocortante em diversas partes do corpo. José Diniz teria sido golpeado 8 vezes e Jorge Ribeiro, 14 vezes, o que provocou severa perda de sangue, resultando em morte. Ressaltou-se, também, no laudo que houve confronto entre José Diniz e seu assassino, fato confirmado por suas roupas se encontrarem rasgadas. Jorge Ribeiro, por sua vez, foi encontrado ao pé do balcão do bar, junto à porta que estava entreaberta, confirmando sua tentativa de fuga, que teria sido impedida por alguém muito maior e mais forte que ele (UM CRIME..., 1913a).

4.3 Diligências, prisão e confissão

Durante a realização da autópsia, um grande número de curiosos se posicionou em frente ao prédio onde ficava o Café S. José. Depois do exame, já na rua, populares que ali estavam comentavam o estranho acontecimento, dando curso às mais variadas e singulares versões. Um pequeno grupo de

homens comentava que, na noite anterior, por volta das 21h30, um militar do Exército adentrou na quitanda e viu que ali se encontravam, bebendo, três estrangeiros desconhecidos. Esse militar era o Sargento Eduardo Pedro Martins, que, posteriormente, em seu depoimento, confirmou tais informações. Disse, ainda, que presenciou algo que lhe chamou atenção: Jorge Ribeiro declinou de continuar vendendo bebida aos estrangeiros por conta de uma vultosa dívida em aberto no caderno de notas. Em seu interrogatório, Thomaz d'Aquino e Silva, declarou que o único estrangeiro a possuir dívidas anotadas em seu caderno era Henrique Gomez, morador e funcionário da Garage Franceza, localizada na Rua de Santo Antonio. Thomaz d'Aquino e Silva complementou, afirmando que Henrique Gomez era frequentador habitual de seu estabelecimento, juntamente com outro estrangeiro, Antonio Lugo, e com outras pessoas cujos nomes desconhecia. Mas afirmou que nada havia entre eles que pudesse levar a este ato tão bárbaro (UM CRIME..., 1913a).

De posse destas informações o Chefe de Polícia determinou, na mesma manhã do dia 11 de novembro, busca e apreensão na Garage Franceza, com intento de capturar Henrique Gomez, até então principal suspeito das mortes no Café S. José. Lá Chegando, os policiais depararam-se com dois estrangeiros que se diziam funcionários da Garage: Henrique Gomez (espanhol) e Antonio Bazano (argentino). Fizeram detalhada vistoria e encontraram, por indicação dos suspeitos, enterrado no quintal, um punhal, cuja bainha estava molhada d'água e que tinha a lâmina manchada de sangue. Também foram encontrados queijo, maços de cigarro, a quantia roubada da quitanda e uma calça manchada pertencente a Bazano. Posteriormente, o exame químico da calça mostrou que as manchas eram sangue, o que contribuiu, ainda mais, para incriminar Bazano. Diante de tudo isso, imediatamente foi dada voz de prisão para Henrique Gomez e Antonio Bazano (UM CRIME..., 1913a). Fato curioso é que o Sargento do Exército Eduardo Pedro Martins, que na noite anterior havia visto os estrangeiros bebendo no Café S. José, também participou da busca e apreensão, provavelmente como testemunha porque, ao que parece, lhe foi perguntado se reconhecia os suspeitos, o que foi respondido de pronto: “sim”.

Durante as primeiras horas após sua prisão, Antonio Bazano e Henrique Gomez negaram veementemente seu envolvimento no duplo assassinato. Todavia, ao longo do dia, confessaram a participação no crime e ainda declinaram os nomes de Antonio Lugo (argentino) e Manoel Sanchez (espanhol).

O *Pacotilha*, com grande desconfiança sobre a veracidade do que era dito, entrevistou os quatro acusados enquanto estavam presos no Quartel Militar de S. João. O primeiro a ser entrevistado foi Henrique Gomez:

tem 22 anos de idade, boa compleição, de cabelos meio alourados, é natural de Madrid e, na qualidade de engenheiro mecânico, montou a instalação de luz elétrica do vapor “Cabral”, trabalhando atualmente na garage Franceza.

Disse-nos que, entre ele e os companheiros havia a combinação para somente roubarem o botequim onde se deram as mortes de José e Jorge, devendo todos, depois de consumado o delito, ganhar o mato para fugir á punição. Ficou, porisso, bastante surpreso, quando viu que Bazano esfaqueára o caixeiro mais velho (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Conforme o *Pacotilha*, Henrique Gomez apresentava uma expressão facial que tentava convencer o repórter do periódico de sua concordância com o roubo, mas não com as mortes (UM CRIME..., 1913b).

Em seguida, foi a vez de Antonio Bazano ser entrevistado:

que é, de todos os bandidos o que tem a fisionomia mais antipatica. Tem 24 anos, uza bigode raspado, é estrabico, diz-se nacido em Buenos Aires e, como mecanico, que é, também trabalhava na garage Franceza. Veio da Inglaterra à cidade de Parnaiba, há cerca de dois mezes, trazer um vapor. Ficando ali sem trabalho, para cá se dirijiu [...]
Afetando timidez, conta-nos que [...] o seu companheiro Sanchez lhe vinha catequizando para a prática do crime, assegurando que no Maranhão, diferente da Europa, se podia beber cachaça e roubar á vontade, porque não havia policia, ficando sempre os malfeitores impunes (UM CRIME... 1913b, p. 1).

Note-se que, neste trecho da entrevista, a crítica pejorativa ao bigode raspado e o estrabismo, já denota a antipatia, *a priori*, do repórter por Bazano, levando-o, inclusive, a duvidar de sua nacionalidade. Também é digno de nota o suposto comentário que Bazano teria feito sobre a ausência de polícia e a impunidade diante dos delitos como características que tornavam o Maranhão o paraíso dos criminosos. É possível considerar plausível que este trecho tenha sido introduzido ou deturpado pelo repórter no corpo da entrevista como uma espécie de provocação dirigida à polícia e, principalmente, ao Presidente do estado, Luís Domingues, cuja relação com o *Pacotilha* não era das mais amistosas.

Seguindo com a entrevista, Bazano confessa que acabou cedendo às investidas de Manoel Sanchez, depois de ouvi-lo dizer que o proprietário do Café S. José lhe havia dito palavras ofensivas e que o que tramava também era uma vingança (UM CRIME..., 1913b). Apesar de ter sido o mentor intelectual do crime, Sanchez não estava com seus companheiros na hora do crime, justamente com a intenção, em caso de serem descobertos, de alegar inocência. Às 21h, Bazano, Gomez e Lugo, dirigiram-se ao Café S. José e, após algumas doses de aguardente, os três decidiram efetuar o crime, mas precisavam distrair José Diniz que atendia no balcão do bar. Deu-se o crime, descrito assim por Bazano ao *Pacotilha*:

Ao aproximar-se Diniz do balcão, para satisfaze-los, Bazano apunhalou-o brutalmente, ao mesmo tempo que outro companheiro dava a volta á chave [da porta]. Diniz, ao receber a facada, deu alguns passos para traz, caiu, banhado em sangue, voltando Bazano a esfaquea-lo repetidas vezes. O pequeno Jorge, apavorado, prezo pelo braço, implorou a misericórdia de Bazano, que muito o conhecia. Não o queria matar, acrecentou, mas Henrique fez-lhe vêr que estariam perdidos porque a criança tudo denunciaria. Então, para encorajar Bazano, Henrique cobrira a vitima com um pano, e o outro, sem que lhe visse o rosto, cozeu-o de facadas (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Antonio Lugo, após o crime, não foi para a Garage Franceza como fizeram Gomez e Bazano, mas tomou rumo ignorado. Ele foi preso sem oferecer resistência no dia 11 de novembro, dia seguinte ao crime, em uma área de manguezal de São Luís chamada Rio das bicas, por volta das 22h. Ele foi o terceiro dos acusados a ser entrevistado. Descreve o *Pacotilha*:

O mais robusto, corpo verdadeiramente de atleta, de todos os comparsas desse vandalismo, é o individuo Antonio Lugo, de 23 anos, natural de Corrientes, na Argentina, marítimo e trabalhador na olaria do sr. Martin Recamonde, a qual deixou, por motivo de moléstia, no dia 21 do mez de outubro ultimo, quando se recolheu ao hospital da Mizericórdia.

[...]

O ultimo desses sicários procura convencer de que nada sabia do plano, sendo vitima de uma cilada. Afirma que foi Bazano quem cometeu os assassinatos, e que o mesmo bandido, ameaçando-o com o punhal, obrigara-o a agarrar o menor Jorge (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Embora Bazano fosse indicado por Gomez e Lugo, seus companheiros que o acompanhavam no momento do assassinato, como o autor das punhaladas em José Diniz e Jorge Ribeiro, Manoel Sanchez fora indicado por Bazano como o idealizador do roubo ao Café S. José. Não à toa, Sanchez deixou a Garage Franceza na manhã seguinte ao crime sob pretexto de ter conseguido emprego melhor. Porém, para a polícia, o fato de Sanchez não ter sido encontrado na Garage, já o colocava na lista de possível cúmplice do assassinato. Sua prisão se deu às 14h30min do dia 11 de novembro. Abaixo segue sua entrevista ao *Pacotilha*:

Ao chegar ao [quartel militar de] S. João declarou que queria falar ao chefe de polícia, confessando que se achava na garage aludida, quando ali chegaram, mais ou menos, às 10 horas da noite, Bazano, Gomes e Lugo, com ares misteriosos. Finjiu, então, que estava dormindo dentro dum automóvel, ouvindo os tres declararem que o maior era cobarde, mas que o menino tivera muita coragem. Depois, suspeitando que Sanchez tivesse ouvido a conversa, acrecentaram que o matariam, se isso se desse. Sanchez adquirira a certeza que esses individuos haviam cometido um crime.

[...]

Antonio Sanchez tem 19 anos, é branco, corado, natural de Granada, na Espanha, é mecanico e *chauffeur*. Teve uma sapataria em Belem e ia empregar-se, aqui, como motorista de automovel do sr. Joaquim Belchior, segundo nos disse (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

As entrevistas apresentadas acima, de certa forma, indicam, por parte do repórter, a tentativa do exercício amador, mas que esboça a linha editorial (se assim se pode chamar) modernizadora do *Pacotilha*, de certa antropologia criminal, em voga em várias partes do mundo e, também, no Brasil. Nota-se que são destacadas características físicas, fisionômicas e comportamentais. A intenção ia além da simples tentativa de apresentar os criminosos aos leitores, mas almejava traçar-lhes um perfil criminal.

De fato, desde o final do século XIX já era cada vez mais frequente a aplicação da antropologia criminal, cujo princípio norteador era identificar e definir o criminoso como alguém com traços físicos, fisionômicos e comportamentais, próprios e indisfarçáveis, biologicamente definidos. Inclusive, figuras

de renome, como o médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906), acompanhavam com certa empolgação o constante incremento deste ramo da medicina-legal (ANTUNES, 1999).

Nesse sentido, a criminologia, que por muito tempo dedicou-se ao estudo do crime, direciona seu olhar para o criminoso e sua conduta desviante. O criminoso torna-se o foco das atenções. Sua índole desprimorosa e sua deformidade poderiam ser apreendidas tanto na dimensão anatômica, quanto fisiológica, o que permitia expandir o espaço já ocupado pelos saberes médicos no ordenamento da justiça e no conjunto da sociedade (ANTUNES, 1999). Outra característica apresentada pelos criminosos “inatos” que passou a ser observada pela antropologia criminal: o alto grau de religiosidade, que por vezes beira o fanatismo (ANTUNES, 1999). Conforme a nova perspectiva da medicina-legal, que circulava pela Europa e já se aperfeiçoava em outras regiões do Brasil, reitera-se a plausibilidade de ter havido, nas entrevistas realizadas pelo *Pacotilha* com Gomez, Bazano, Lugo e Sanchez, o exercício amador desta antropologia criminal. Insinuava-se que a boa compleição física e os cabelos alourados seriam indicativos da inocência de Gomez, se não fosse pela sua dissimulação ao tentar convencer o repórter que jamais concordou com os assassinatos. A sua profunda religiosidade ficara demonstrada quando foi confrontado com o cadáver de Jorge Ribeiro e, aos gritos, com as mãos estendidas para o ar, encomendou a alma da criança aos céus. Bazano, por sua vez, apresentava todas as características “antipáticas” de um criminoso nato, destacando-se o bigode raspado, seu estrabismo, uma frieza indisfarçável e a compulsividade por mentir (UM CRIME..., 1913b).

4 COBERTURA DOS FATOS POLICIAIS CERCADA DE OPINIÕES E CRÍTICAS AO GOVERNO ESTADUAL

Tendo como pretexto repudiar os assassinatos ocorridos no Café S. José, as páginas do *Pacotilha* se tornaram cada vez mais repletas de opiniões sobre a crescente violência e a situação de insegurança vivida pela cidade. Havia críticas a Luís Domingues, Presidente do Maranhão, além de outros temas transversais, cuja premissa sempre era o *crime monstruoso*.

Apesar de reconhecer todos os esforços desempenhados pela polícia, o *Pacotilha*, em suas colunas de opinião, exercendo sua função outorgada de porta-voz da população e baluarte da modernidade, não poupava críticas às deficiências do aparato de segurança pública maranhense, afirmando que a polícia moderna não deveria se preocupar exclusivamente em punir os delitos, mas, também, em preveni-los. Na verdade, as críticas eram extensivas ao Presidente do Maranhão, Luís Domingues, por quem o jornal não alimentava muita simpatia já desde sua posse.¹ O *Pacotilha* dizia que a ausência de policiamento naquela área da cidade e àquela hora da noite (entre 20h e 22h) não se devia ao fato de ser impossível

¹ Luís Domingues foi eleito Presidente do Maranhão pelo voto livre e direto e governou o estado entre 1º de março de 1910 e 1º de março de 1914.

aos policiais se fazerem presentes em todos os cantos da cidade o tempo todo. A ausência da polícia, no local e hora do crime em questão, se devia à falta total de policiamento na cidade e não porque estivesse em outro local onde se fazia igualmente necessário. Sua ausência se devia ao fato de a polícia estar permanentemente aquartelada por determinação do atrapalhado Presidente do estado, que via nela apenas um instrumento decorativo, cuja função era aparecer em celebrações públicas, escoltá-lo quando em viagem ou ser passada em revista à beira dos portos quando ele desembarcava (UM CRIME..., 1913a).

O oportunismo político do Presidente Luís Domingues diante do crime também foi objeto das críticas do *Pacotilha*. Ao tomar conhecimento da prisão dos assassinos, o Presidente Luís Domingues, imediatamente dirigiu-se ao Quartel Militar de S. João e, lá chegando, abraçou cabos e soldados, parabenizando-os pela prisão. Em seguida, discursou para a multidão, que furiosamente gritava palavrões e ameaças de linchamento aos assassinos. Do mesmo modo, Domingues o fez na casa das vítimas e no cemitério: “Uma verdadeira palhaçada em torno da tragédia da vespera” (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

A origem estrangeira dos assassinos – Bazano e Lugo eram argentinos; Gomez e Sanchez, espanhóis – também chegou a suscitar certa comoção popular, que chegou a contar com a adesão de Luís Domingues. Ao sair do prédio da polícia, a multidão que o acompanhava começou a ovacionar o Brasil e a proferir palavras de ódio à Argentina e à Espanha. Luís Domingues passou a fazer coro com a multidão em seu comportamento xenófobo e isto lhes rendeu vultosos aplausos e palavras de ordem em sua homenagem (O PLANTÃO, 1913). Entretanto, o *Pacotilha* o repreendeu com veemência:

O sr. Domingues, com a sua proverbial falta de compostura, sentia-se radiante, no meio do “quinto poder do estado”, esquecido, como sempre, de suas responsabilidades, como se não fosse o governador do Maranhão e a República do Prata tivesse a culpa que um seu natural se tornasse homicida.

A adotar-se esta teoria, (veja bem o sr, Domingues!), quando, por força da nossa miséria, e em virtude das trapaças do empréstimo, não pudermos pagar á França, far-se-á, em Pariz, uma passeata, em que se darão morras ao Brazil (O PLANTÃO, 1913, p. 1).

A seção do *Pacotilha* intitulada “Os larápios”, que normalmente se dedicava apenas a noticiar a ação dos “gatunos” e “amigos do alheio”, passou também a emitir opiniões sobre o estado de abandono e insegurança em que se encontrava a cidade de São Luís, alertando para o fato de os cidadãos não estarem seguros nem mesmo dentro de suas casas com as portas e janelas fechadas, porque quando os ladrões não arrombam portas e janelas escalam os telhados e por lá invadem as residências. Os donos das casas comerciais e botequins, desde o *Crime Monstruozo*, não conseguem ter sossego: todas as noites ocorrem inúmeros roubos a estes estabelecimentos. São dois, três e, às vezes, até seis ladrões, fazendo ameaças com armas de fogo. O *Pacotilha* segue emitindo sua opinião assertando que, como se já não bastasse o desrespeito pela propriedade alheia, a cidade ainda vivia apavorada deste o crime de 10 de novembro. E a culpa, segundo o jornal, por analogia, é de Luís Domingues, cuja incompetência e

corrupção que dilapidam o tesouro público se assemelham em forma ao que os criminosos anônimos fazem com os bens e as vidas das pessoas comuns (OS LARAPIO, 1913).

5 ERRANTES, CRIMINOSOS E O FINAL DAS CONTAS

O *Pacotilha* teve acesso à íntegra dos depoimentos prestados ao Chefe de Polícia, Alcides Pereira, por Bazano, Gomez, Lugo e Sanchez. Os depoimentos foram divididos em “capítulos” e distribuídos pelas páginas das edições do jornal por quatro dias consecutivos.²

Bazano, entre 1909 e 1913, viveu na Inglaterra antes de vir para o Brasil. Após um curto período no Piauí, se instalou no Maranhão, onde pretendia ficar por pouco tempo, pois intencionava voltar para a Inglaterra ou, caso não conseguisse, ir até o Pará. Gomez, veio para o Brasil em 1911, aportando primeiro em Pernambuco, onde realizou o roubo de uma joalheria, subtraindo certa quantia em dinheiro e joias, juntamente com Manoel Sanchez, que conhecera no vapor durante a vinda da Espanha para o Brasil e de quem se tornara cúmplice em crimes. Após esse roubo, Gomez fugiu para a Paraíba, passou pelo Pará e pelo Ceará, onde roubou, novamente ao lado de Sanchez, o Cinema Polytheama, em Fortaleza. Retornou ao Pará, onde foi preso e se livrou da cadeia por pequenos furtos, e veio, finalmente, para São Luís (MARANHÃO, 1913).

O Argentino Lugo afirmou que, em 1911, foi para a Inglaterra e que conhecera Bazano no Piauí, quando trabalhavam na mesma empresa. Juntos vieram para São Luís, passando a trabalhar e morar na Garage Franceza. Sanchez confirmou que conhecera Gomez no vapor que o trouxera da Espanha para o Brasil e que desembarcaram juntos em Pernambuco. Depois passou pelo Ceará e pelo Pará, tendo sido interrogado nesse estado por suspeita de furto, mas logo foi liberado. Sanchez negou participação em qualquer atividade criminosa com Gomez ou quem quer que fosse (MARANHÃO, 1913).

Apesar das negativas de Sanchez quanto à participação em qualquer ação criminosa em Pernambuco, Pará ou Ceará, a Polícia maranhense enviou telegramas buscando esclarecimentos sobre tais crimes e obteve resposta positiva do estado de Pernambuco e do Pará. O estado do Ceará não respondeu ao telegrama enviado pelo chefe de polícia, Alcides (MARANHÃO, 1913). Se a interlocução entre as polícias estaduais não ocorria no limiar do século XX – como em pleno século XXI ainda não ocorre – de forma corriqueira, articulada e sistemática, pelo menos observa-se um esforço nesse sentido, destacando-se o uso da tecnologia telegráfica, que só havia chegado ao Maranhão, ainda muito precariamente, em 1884.

O *Pacotilha*, já alertava, antes da divulgação pública dos depoimentos dados pelos assassinos ao delegado Alcides Pereira, que se fazia necessário “saber que, se não são evadidos de carceres, onde

² Os depoimentos foram publicados ao longo das edições dos dias 12, 13, 14 e 15 de novembro. Os números das edições são 267, 268, 269, 270, mas optou-se, para este artigo, recorrer aos mesmos interrogatórios contidos no livro “O Monstruoso Crime de 10 de novembro” (1913).

expiavam culpas gravíssimas, é porque teem conseguido fugir ás perseguições da policia” (UM CRIME..., 1913b, p. 1). É muito provável que o jornal tenha obtido a informação da procedência e dos antecedentes dos assassinos usando dos mesmos artifícios que usou para obter acesso aos interrogatórios com exclusividade. A questão é saber quais foram estes artifícios. Isto requer uma investigação mais aprofundada e poderá ser objeto de outros artigos.

Após as acareações, as inúmeras trocas de acusações e a conclusão do inquérito, o delegado encarregado do caso, nomeado pelo chefe de polícia, Raymundo Publio Bandeira de Mello, concluiu, no dia 04 de dezembro de 1913, o inquérito policial, bem como indiciou e solicitou a prisão preventiva de Antonio Bazano como executor confesso dos assassinatos de José Diniz e Jorge Ribeiro, pelo crime de latrocínio previsto no art. 359 do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Henrique Gomez, Antonio Lugo e Manoel Sanchez foram indiciados como coautores, conforme art.18, § 3º do mesmo decreto. No caso específico de Manoel Sanchez, o fato de ele não estar presente no momento dos assassinatos não foi levado em consideração como atenuante, pois ele teria sido o responsável pela recepção e ocultação dos objetos roubados. As imputações foram distribuídas conforme as confissões de cada um, a atuação no crime e as conclusões feitas ao longo das investigações (MARANHÃO, 1913).

Após vários adiamentos os autores do *Crime Monstruozo* foram a júri popular e o julgamento se deu no dia 18 de fevereiro de 1915. Exatamente às 12h30min desse dia os quatro réus chegaram ao tribunal vindos da penitenciária de São Luís. A leitura do processo durou cerca de 2 horas. Houve discursos da acusação e da defesa, réplica e tréplica. Às 20h, os jurados se retiraram para deliberação final. Eram 23h quando retornaram com o resultado. Às 23h45min, o juiz Ignacio Xavier de Carvalho sentenciou Antonio Bazano, Henrique Gomez e Antonio Lugo, a 30 anos de prisão e pagamento de multa de 20% sobre o valor dos objetos roubados do Café S, José, pelo crime de latrocínio. Manoel Sanchez foi condenado a 14 anos por cumplicidade na prática do roubo, haja vista ter receptado e ocultado os objetos roubados. A sentença deveria ser cumprida na Penitenciária de São Luís.

Independente da sentença proferida, estes homens já estavam condenados pelo tribunal popular e pelo estrondo que o jornal *Pacotilha* fez em torno do caso. Em reflexão remissiva a Michel Foucault, guardadas todas as diferenças analíticas, Bazano, Gomez, Lugo, Sanchez, Thomaz d’Aquino e Silva, José Diniz e Jorge Ribeiro, são – ou foram – pessoas reais, mas relegados por um certo discurso historiográfico à condição de esquecidos, sem voz, inexistentes. Sem tempo e local. São pessoas sobre quem foram ditas coisas, verdadeiras ou falsas, brandas ou agressivas (FOUCAULT, 2012).

Trata-se de pessoas que gritaram, sofreram, imploraram ou lutaram pela própria vida. Pessoas que talvez nem quisessem ter sua vida desvelada ou sua história de morte ou prisão contada. Pessoas verdadeiras. Vítimas ou algozes. São estas pessoas em sua plenitude de indigência, desprovidas de qualquer galão de nobreza, desterradas ou que moravam de favor – como foi o caso do menino Jorge

Ribeiro, de aos 12 anos de idade e José Diniz e Silva –, na casa de um patrão, igualmente indigente, dormindo provavelmente no chão ou em uma rede estendida num canto qualquer, que se apresentaram, *a priori*, como sujeitos não históricos, mas essenciais para narrativa deste *Crime Monstruozo*.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. L. F. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

ASSASSINATO horrível. *Pacotilha*, São Luís, ano 1, n. 51, p. 2, 9, jun. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&Pesq=%22Assassinato%22&pagfis=250. Acesso em: 18 fev. 2022.

BARROS FILHO, J. *Criminologia e modos de controle social no Maranhão no início do século XX*. Maranhão: Fapema, 2013.

BARTHES, R. *A estrutura dos fait divers - íntegra*. 2013. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/barthes-a-estrutura-dos-fait-divers.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CAIMARI, L. Castruccio: crimen y castigo en la ciudad moderna. In: PALACIO, J. M. *Desde el banquillo: escenas judiciales de la historia argentina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2021.

UM CRIME MONSTRUOZO. *Pacotilha*, São Luís, ano 23, n. 266, p. 1, 11 nov. 1913a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5209. Acesso em: 18 fev. 2022.

UM CRIME MONSTRUOZO: a confissão dos assassinos. *Pacotilha*, São Luís, ano 23, n. 267, p. 1, 12 nov. 1913b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5213. Acesso em: 18 fev. 2022.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v.1, p. 22-38, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>. Acesso em: 27 jan. 2022.

DIAS, A. G. de A. *Em nome da cidade vencida: a São Luís republicana na obra de José do Nascimento Moraes (1889-1920)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16960/1/AdrianaGA DISSERT.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Ditos e escritos, 4). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5738282/mod_resource/content/1/Foucault_Michel_A_vida_dos_homens_infam.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

OS LARAPIOIS. *Pacotilha*, São Luís, ano 23, n. 272, p. 1, 18 nov. 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5213. Consultado em 18 de fev. de 2022.

MARANHÃO. (Estado). *O Monstruoso Crime de 10 de novembro*: principais peças do inquerito policial. O relatório do Dr. Delegado. Notícias da imprensa. Photographias. São Luís: Imprensa Oficial, 1913.

MATOS, M. F. B. Jornal Pacotilha: uma voz pela modernidade fin-de-siècle em São Luís. *Outros Tempos*: pesquisa em Foco-História, São Luís, v. 18, n. 32, p. 398-407, 2021. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/862/915. Acesso em: 25 fev. 2022.

OLIVEIRA, R. S. de. A relação entre a História e a Imprensa: breve história da Imprensa e as origens da Imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*, Rio Grande, RS, v. 2, n. 3, p. 125-142, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2614/1425>. Acesso em: 25 jan. 2022.

O PLANTÃO. *Pacotilha*, São Luís, ano 23, n. 267, p. 1, 12 nov. 1913, Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5213. Acesso em: 18 fev. 2022.

STONE, L. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de história*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 13-37, 1991. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/85esxee>. Consultado em: 10 de fev. 2022.

Data de submissão: 19/05/2022
Data de aprovação: 21/03/2023

Copyright (c) 2023 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)